

AE – Entrevista

Aloísio Ruscheinsky*
José Vicente de Freitas**

Em meados desse ano, os professores Aloísio Ruscheinsky e José Vicente de Freitas, que integram o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, concederam entrevista a Revista *Amanhã*¹, discutindo vários pontos que estão umbilicalmente ligados à questão da crise ecológica-ambiental vivida pela sociedade contemporânea. Fragmentos desse material foram utilizados na composição do terceiro encarte da série sobre **Responsabilidade Social**, publicado na edição nº 189 sob o título *Um planeta para ser amado*. As idéias e reflexões dos dois pesquisadores e professores foram articuladas a de outros especialistas também ouvidos por aquela Revista.

A entrevista, no seu conjunto, constitui-se, a rigor, numa reflexão consistente sobre temas como sustentabilidade, emergência do movimento ambientalista, legislação ambiental, recursos hídricos, agenda 21, consciência ambiental, preservação da biodiversidade, certificações ambientais, entre outros. A própria experiência institucional

* Doutor em Sociologia, USP. Professor do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Dedicou-se ao estudo da Sociologia Ambiental, com ênfase nos movimentos sociais. Publicou vários livros e artigos. No MEA, compõe a Linha de Pesquisa Fundamentos de Educação Ambiental.

** Doutor em História e Sociedade, UNESP. Estudou com Antônio Pedro de Araújo Pires Vicente, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, e com o Prof. Dr. Eddy Stols, da Katholieke Universiteit Leuven. Professor e atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Dedicou-se ao estudo das ecotopias na América Latina. Desenvolveu e executou o Projeto da Revista *Pós-História*. Publicou vários artigos. No MEA, integra a Linha de Pesquisa Fundamentos de Educação Ambiental.

¹ *Amanhã* é uma influente revista brasileira de economia e negócios, publicada mensalmente há dezesseis anos, com tiragem de 45 mil exemplares. É editada pela Plural Comunicação, com sede em Porto Alegre. A publicação é dirigida principalmente a empresários, executivos e profissionais com interesse nos temas econômicos e empresariais.

e do Mestrado em Educação Ambiental em torno do mote meio ambiente foi referenciada.

Pela contribuição que essa reflexão poderá somar ao debate acadêmico sobre meio ambiente – e todas as demais questões que naturalmente estão atreladas –, a Revista *Ambiente e Educação* decidiu publicar essa entrevista na íntegra.

Amanhã – *Na instituição onde vocês atuam, em que contexto emerge a preocupação com as questões ambientais?*

Aloísio/José Vicente: A FURG é uma instituição de ensino superior que foi forjando uma filosofia intimamente atrelada ao contexto (natural e social) no qual está inserida: uma universidade voltada para o ecossistema costeiro, para o mar. Aí reside a identidade da instituição.

A preocupação com as questões ambientais remonta, portanto, as suas próprias origens, consolidando-se com a criação do curso de oceanologia que, pelos seus interesses e práticas, inerentes mesmo a própria natureza do curso, fez emergir os debates sobre temas como poluição, preservação, conservação, e outros ainda, gerando pesquisas.

A experiência neste campo passou a particularizar a trajetória da FURG. No início da década de 1990, momento em que as preocupações com a degradação do meio ambiente e as formas de equacionamento desses problemas transformam-se em mote de discussão em diferentes áreas do conhecimento, a instituição cria um Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, sustentado pela perspectiva de um olhar interdisciplinar, no qual se deu a confluência daquela tradição já consolidada com pesquisadores e estudiosos de outras áreas do conhecimento, que também pensavam a questão sob outros referenciais, ou seja, para além dos aspectos estritamente vinculados ao ambiente, incluindo o ponto de vista social. E a proposta do Programa tem se centrado no aprofundamento da compreensão crítica da atual crise sócio-ecológica no Brasil e no mundo; na busca de fundamentação sólida e elaboração de propostas pedagógicas capazes de contribuir para a formação de cidadãos crítico-transformadores dessa crise; no estudo da situação sócio-ecológica regional e o papel que cabe à escola face á esta, bem como na busca de identificar problemas e propor

soluções, dentro de sua área de conhecimento e atuação.

Amanhã – *É possível dizer que ao longo desses últimos anos vem se verificando um aumento na procura por cursos universitários que de alguma forma estão vinculados a temática do meio ambiente?*

Aloísio/José Vicente: É possível responder a pergunta a partir da experiência vivida, de forma particular, na nossa universidade, mas já afirmando de antemão que a resposta configura mesmo uma tendência geral.

Nesses últimos anos, o aumento na procura pelos cursos de graduação e pós-graduação que de alguma forma estudam temas vinculados á ecologia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, por exemplo, tem aumentado significativamente. A título de ilustração, podemos indicar o curso de biologia da FURG. No ano de 2000, a procura no vestibular girou em torno de 8,76 na relação candidato/vaga. Nos anos seguintes, essa média subiu significativamente, quase dobrando no último concurso vestibular. Em 2001 a relação c/v ficou em 13,76; em 2002 subiu para 14,08 e em 2003 chegou a 15,0.

Um outro indicador importante é o nosso Mestrado em Educação Ambiental. No biênio 2000/2001, a média ficou em 100 (cem) candidatos para 20 vagas, dobrando no biênio seguinte, ou seja, média de 200 candidatos para o mesmo número de vagas. Esse movimento explica-se por um conjunto de fatores: a recorrente presença dos temas vinculados ao meio ambiente na mídia; os espaços de debate dedicados a esses temas no ensino formal e informal; as campanhas de educação (onde as ONG'S assumem papel importante); um certo sentimento de auxiliar na preservação das espécies, de contribuir na luta contra as formas de degradação ambiental e mesmo um certo sentimento de aventura ao estar em contato direto com a natureza.

Amanhã – *Como se constituiu o chamado movimento ecológico (a preocupação com a degradação ambiental)?*

Aloísio/José Vicente: Em termos gerais, pode-se dizer que o advento do capitalismo e a emergência de uma nova ordem econômica é

acompanhado pelo surgimento de um movimento de denúncia e reação aos efeitos desta nova ordem que ia gerando uma contra-face preocupante: a degradação ambiental. Esse movimento de reação está vinculado, contemporaneamente, ao chamado novos movimento sociais, manifestando-se, de forma particular, através dos movimentos ecológicos. Nas suas raízes, esse movimento de reação identificava-se com o surgimento “das novas sensibilidades para com a natureza, a partir do século XVIII, na Inglaterra e nas idéias de valorização do mundo natural selvagem (Wilderness) nos Estados Unidos, principalmente no século XIX. O sentimento ecológico conservacionista vai se constituindo pouco a pouco, na medida mesmo em que o próprio modelo capitalista deixava marcas cada vez mais profundas dos seus efeitos. Mas o período que se segue após a Segunda Guerra Mundial representa um marco nesta trajetória. A perplexidade da humanidade diante da tragédia de Hiroshima e Nagasaki e a percepção da capacidade de autodestruição, reforçou o sentimento de consciência ecológica, ou da crise ecológica. No entanto, o movimento ecológico vai emergir de forma autônoma a partir da década de 1960. Neste momento constitui-se num movimento de feição político-ecológica, que passa a levantar bandeiras e desenvolver lutas em torno de questões das mais diversas, do problema da extinção de espécies à corrida armamentista, da urbanização desenfreada aos diferentes tipos de poluição. Nos anos que se seguiram à década de 1960, a discussão sobre a consciência ecológica estendeu-se consideravelmente, ganhando variadas matizes, indo dos estudiosos da questão ambiental aos militantes ecologistas. A força desses movimentos residiu, inicialmente no trabalho de denúncia, de ação e de educação das Organizações Não Governamentais, o chamado movimento verde, do qual algumas frações acabaram se institucionalizando no campo político. Hoje, no mundo todo, há uma profusão de movimentos e ativistas ecológicos, organizando trabalhos muitas vezes temáticos e, em algumas situações, articulados ao esforço governamental.

Em relação ao Brasil, é possível dizer que o interesse pela

problemática ambiental remonta mesmo a meados da década de 50, fase que poderíamos denominar de pioneirismo. Nesse momento, se sobressai no cenário nacional o trabalho da Associação de Defensores da Flora e da Fauna, a ADEFLOFA, criada por um grupo de cientistas.

Na década seguinte, o movimento ambientalista brasileiro, como o do restante do mundo, foi muito influenciado pela noção de finitude e fragilidade do planeta, sentimento que emergiu pelos relatos das experiências cosmonáuticas.

Os anos 70 marcam um momento importante quando, de forma mais ampliada, o país aderiu à onda verde, agregando vários setores dos movimentos sociais ao redor da questão ambiental. O movimento foi se consolidando nos anos seguintes com a militância e o envolvimento político e social dos chamados intelectuais ecologistas, envolvendo comunistas, socialistas, militantes da esquerda em geral, entre os quais podemos situar Fernando Gabeira, Carlos Minc e Alfredo Sirkis. E foi nesse período que ocorreu uma explosão de movimentos civis, sustentado pelo discurso de apologia à diferença. E os ecossocialistas vão se constituindo nesse quadro. Em 1985 é criado o Partido Verde e durante a constituinte de 1988, verificou-se uma forte atuação do chamado "Bloco Verde".

Na década de 90, o fato mais significativo que igualmente impulsionou o movimento ambientalista no Brasil foi, sem dúvida alguma, a realização da Rio 92. Essa reunião de cúpula, bem como as atividades alternativas paralelas que ocorreram, desencadearam a proliferação de ONG's dedicadas a questão ambiental. E assim fomos chegando ao contexto atual.

No Rio Grande do Sul, parte importante do discurso ambientalista emergiu a partir de um caso muito concreto de poluição hídrica e atmosférica que afetava a maioria da população da capital gaúcha. Isto ocorreu nos anos 70, com um movimento da sociedade civil de protesto contra uma empresa de celulose. Nasce daí também um movimento ambientalista vigoroso, que acaba se espalhando pelo Brasil afora, proporcionando uma adesão mais decisiva em favor do movimento ambientalista incipiente.

Amanhã – *Qual a natureza do debate que gira em torno do conceito de*

sustentabilidade?

Aloísio/José Vicente – Há uma sensível diferença entre as abordagens do desenvolvimento sustentável e de sociedade sustentável ou da sustentabilidade. Além do mais, faz bem ao marketing de um projeto, de um empreendimento ou de uma empresa apresentar tal aspecto em seu perfil ambiental.

Sustentabilidade consiste num conceito, a bem da verdade, bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos. Além do que ainda é recente e por isso mesmo sujeito a ambigüidades e dilemas quanto ao seu uso e significado. Entre cientistas e formuladores de políticas públicas costuma ser sinônimo de controvérsia. Antes de arriscar qualquer definição, vale prestar um pouco de atenção ao significado, puro e simples da palavra: sustentável é o que sustenta, alguém ou alguma coisa.

A cidade sustentável será caracterizada também pela oferta de água, de subsistência, de infra-estrutura a toda a população, sendo assim mais democrática, mais inclusiva, mais justa e mais eqüitativa. A justa disponibilidade e distribuição para todos os fins necessários à digna sobrevivência dos cidadãos é a grande questão a desafiar a delimitação deste direito humano.

Muita discussão em termos ambientais e acima de tudo restam decisões políticas que revertam o quadro da progressiva degradação. Em meio às controvérsias do debate, as ações sustentáveis deveriam ser todas as medidas que visam manter a capacidade de reposição da população de uma determinada espécie, animal ou vegetal. Do ponto de vista ideal, seria a sustentação da biodiversidade sem perdas ou o funcionamento de um ecossistema idêntico por longo prazo. Quando entra algum tipo de extrativismo ou exploração de recursos naturais, a sustentabilidade é a medida do que, à longo prazo, pode ser extraído ou explorado sem depauperamento do patrimônio natural. Nesta compreensão, a sustentabilidade é uma tarefa eminentemente reservada à intervenção humana. Do ponto de vista da natureza o processo evolutivo na história é um fato incontestável, além do que do ponto de vista mineral parece que não existem condições de imaginar a tal sustentabilidade.

Quando o assunto refere-se aos recursos naturais, como agricultura, mineração ou atividades industriais, o conceito de sustentabilidade certamente assume maior complexidade. Em primeiro lugar, é preciso saber quais os parâmetros possíveis e tomar uma decisão a respeito do que se almeja como sustentável. Pode-se falar numa variabilidade de ênfases, em sustentabilidade econômica, ambiental, do solo, do minério, da produtividade sustentável e assim por diante. Ainda existe o contexto cultural e geográfico a ser considerado, pois o que é a dinâmica e a característica de sustentabilidade para uma região pode não ser para outra: o sustentável na Amazônia legal difere do cerrado.

Amanhã – *Em que nível o RS se encontra em termos de legislação ambiental? E o Brasil*

Aloísio/José Vicente – A questão da legislação ambiental se coloca relativa à consciência ambiental e à capacidade de fiscalização ou implementação das regras de ordenamento. Podemos considerar que toda legislação ambiental é resultante de um pacto social, entretanto, é um encaminhamento do conflito e não a sua superação propriamente dita. Sendo a legislação uma inserção no espaço do conflito e situando os bens naturais no meio de campo das tensões sociais, é fundamental interrogar sobre a conjunção de forças que irá dar conta para implementá-la. Além do mais, a legislação, seja como possibilidade de punição dos infratores, seja como condição de construção de uma relação mais adequada entre sociedade e meio ambiente, deve ser vista como um instrumental e não um fim em si mesma.

O pacto que falta não se refere somente à legislação, mas à implementação das ações que deveriam brotar como consequência do ordenamento jurídico, dos acordos ambientais assinados pelos governos, do controle da população para que cessem as formas mais vorazes de degradação. Só muito parcialmente as questões ambientais se ressentem da falta de uma legislação mais adequada.

Amanhã – *O que mudou da Eco-92 para cá na consciência das pessoas?*

Aloísio/José Vicente: A partir da realização da Eco 92, a população

passa a ter uma idéia mais refinada da gravidade do problema ambiental, embora os resultados de um evento deste porte no Brasil não tenha gerado os concomitantes e proporcionais resultados. Os relatórios dos encontros internacionais sobre meio ambiente afirmam reiteradamente que o mau uso das reservas naturais poderá resultar na carência de alimentos e de água, especialmente, para as camadas mais pobres da população. Ainda mais, o avanço da degradação ambiental implica na consciência da maioria das pessoas no círculo vicioso em torno do binômio pobreza e poluição ambiental. Neste sentido, existe com freqüência um grande equívoco, que em última instância, atribui aos pobres a culpabilidade da exaustão ou degradação ambiental.

Por mais importante que sejam os alertas dos relatórios, especialmente advindo de uma tão importante instituição como a ONU, entretanto, entra numa seara espinhosa quanto à definição dos agentes poluidores e da consolidação da consciência ambiental. O maior saque aos recursos naturais não renováveis é realizada pelos países desenvolvidos, assim como são os mesmos que se empenham ferozmente contra as iniciativas de distribuição dos resultados da produção, bem como confirmam-se como os maiores no desperdício.

O ponto positivo, a partir da Eco 92, é que vai se ampliando o leque que faz emergir a perspectiva da transversalidade da questão ambiental. Ou seja, ela progressivamente passa a fazer parte da maioria das agendas de ONGs e políticas governamentais. De outro lado ainda nos damos conta de que existe uma real diferença, quando não uma lacuna, entre informação sobre o meio ambiente, bem como a respeito das causas da poluição e uma ação conseqüente por parte dos cidadãos.

Amanhã – *Na opinião de vocês, qual o principal meio de disseminação da consciência ambiental?*

Aloísio/José Vicente: Em primeiro lugar, devemos considerar que todos os cidadãos são portadores de uma consciência ambiental. O que pode ocorrer é que a perspectiva assumida não esteja de acordo com o nosso horizonte e pouco favorável à preservação do meio ambiente.

Se a voz dos bens naturais fundamentais à vida não for ouvida, se as práticas sociais não forem mudadas, essas vozes poderão desaparecer

com maior rapidez do que imaginamos, bem como a história pode dar razão aos pessimistas que anunciam a catástrofe ambiental.

Eis algumas questões, desafios e estratégias ante a meta da disseminação da consciência ambiental:

- 1) o reforço de uma rede de informações sobre os conflitos ambientais junto a setores da população supostamente mais sensíveis a temáticas ambientais, visando a tomada de consciência dos grandes desafios e dilemas que envolvem os usos, a gestão, a fluência e conservação dos bens naturais;
- 2) o desenvolvimento da aspiração para uma maior participação dos cidadãos na sociedade, difundindo para tal os fundamentos teóricos para uma análise crítica das relações de poder e os conhecimentos operacionais necessários para um relacionamento alicerçado na democracia e equidade;
- 3) a formação de redes a partir das questões que parecem consensuais na defesa intransigente dos recursos naturais e garantir as estratégias de ampliar alternativas diante do desperdício predominante, sem desprezar as perspectivas de reduzir no horizonte os níveis de consumo;
- 4) a participação cidadã na definição das prioridades, no desenvolvimento de novos valores, na cobrança de responsabilidades e nas ações necessárias e indispensáveis para garantir os direitos a todo ser humano.

Amanhã – *É possível dizer que já á algum tempo a questão do meio ambiente passou também a ser preocupação de outros profissionais não ligados diretamente ao tema?*

Aloísio/José Vicente: De um tempo para cá as questões ambientais progressivamente passaram a permear todas as disciplinas do conhecimento e afetando mais ou menos o exercício de todas as profissões. Na academia, vigora uma ampla defesa de que tanto os problemas ambientais, quanto a educação ambiental requer um tratamento interdisciplinar. Além do mais, devemos reconhecer o fato de que existem efeitos advindos da difusão do debate ambiental pelos mais diferentes canais: educação, conferências, acordos, legislação, meios de comunicação.

Ainda existe um vasto espectro de atividades profissionais que ainda não fazem eco às preocupações ambientais, antes pelo contrário, encontram-se no ritmo inverso, da aceleração perversa de destruição do meio ambiente.

Entre alguns setores intelectuais e profissionais está acordado, e mais ainda entre os movimentos ambientalistas, que existe no campo da política brasileira um acúmulo suficiente para se produzir uma estratégia que busque o marco de sustentabilidade ambiental a partir da problemática da redução das desigualdades, tendo entre as conseqüências o acesso a subsistência digna de todos os brasileiros. A sustentabilidade em destaque engloba um amplo leque no que diz respeito aos conteúdos que lançam efeitos sobre a sustentabilidade social, econômica, política, cultural e ambiental. Entende-se ainda que a estratégia política, para ser viável a redução das desigualdades e espriar os direitos, deve criar sinergias entre as iniciativas existentes e integrar o máximo possível às políticas públicas direcionadas à qualidade de vida, bem como todos os setores profissionais.

Amanhã – *A escassez da água é um problema internacional. É possível reverter esta situação?*

Aloísio/José Vicente: A distribuição da água doce talvez seja a mais injusta repartição dos bens naturais do mundo. O problema da escassez de água potável é iminente também em algumas regiões do Brasil, mas a maioria das pessoas pelo que se observa em seu comportamento, parece que ainda não se deu conta desta ameaça. O problema ganha proporções ainda maiores na medida em que o desperdício continua como antes e ainda é frágil a aposta em relação à política de investimentos para tratamento das águas contaminadas.

A prática da irrigação e o envenenamento por agrotóxicos, o aumento progressivo de dejetos urbanos, entre eles os cloríformes fecais e a contaminação resultante das atividades industriais acentuam o risco da falta d'água que rondam centros urbanos.

Verifica-se uma desigual distribuição do acesso à água potável. Existem altas densidades populacionais em regiões onde há escassez de água, seja ela natural ou provocada, onde a qualidade de vida exigiria

mais água do que se dispõe para o consumo. É o caso do norte da África, Oriente Médio, China, México ou a periferia de uma metrópole brasileira. Países com bom manancial de água, especialmente os próximos às regiões de escassez, podem construir enormes reservatórios e negociar a venda da água. Essa situação pode conduzir a uma ferrenha competição mundial pela água doce e potável, afetando a oferta pública para o consumo humano, o mercado da produção de grãos e a indústria. Nesta celeuma também se coloca a questão da transposição das águas do Rio São Francisco.

O enfrentamento do problema exige, entre outros aspectos, a mudança de hábitos de consumo e evitar por todos os meios tanto o desperdício ou uso supérfluo, quanto a degradação de mananciais. Isto é, cuidar da gestão local, regional e global da quantidade e qualidade da água, passando pela discussão do seu valor econômico ou de mercadoria e, acima de tudo, dos direitos à água enquanto prioridade de uso e da preservação.

Se a terra e a produção industrial já são monopólio, mais ainda o capital financeiro e especulativo. Entretanto, no mesmo rumo está a água, especialmente na medida em que se apresentar como um bem escasso. As restrições para a captação do líquido para o consumo humano, a construção de barragens pela via da privatização, encontram-se no rumo da dolarização da água. Através da apropriação ou mercantilização da água, setores privados podem vir a cobrar sobre o uso da água, mesmo que ela seja originada de fontes públicas.

Se não bastassem os alertas tanto das ONGs e do movimento ambientalista, quanto de cientistas, um relatório das Nações Unidas do ano de 2002 alerta para os riscos diante da falta d'água ou de um catástrofe hídrica no mundo, uma vez que parcialmente ela já está em curso. Ainda mais, de um lado as regiões desérticas e de outro lado o crescimento da poluição dos mananciais de águas potáveis, não por último, além do crescimento populacional. Estes três fatores provocarão uma pressão desmedida sobre os mananciais hídricos, cada vez mais prejudicados pela poluição através de resíduos líquidos e sólidos, sendo que a tecnologia da despoluição ainda encontra-se sob acesso muito restrito. O resultado da conjugação destes fatores implicará no crescimento exponencial da escassez de água, especialmente atingindo

os setores mais empobrecidos.

O que está em jogo no conflito que envolve a água como um líquido preciso, ou a moeda do futuro, vai muito além do futuro político, econômico, cultural de uma nação como o Brasil. Trata-se de escolher juntar de um lado, o silêncio da água que crescentemente se vê poluída, silenciosa, degradada e aparentemente sem esperança e, de outro, a palavra daqueles ambientalistas e outros setores sociais que possuem a consciência da urgência das mudanças que precisam ser empreendidas a favor da água e da natureza sedenta de afeto.

Apesar de a riqueza produzida ter crescido nas últimas décadas, se acompanhada de repartição social haveria toda possibilidade de ninguém passar fome ou sede. Entretanto, a divisão do bolo não acompanhou esta evolução, nem a tecnologia produziu efeitos distributivos.

Amanhã – *Os governos conseguem dar suporte para os projetos de preservação das espécies?*

Aloísio/José Vicente: Se o ar é o bem natural do qual o ser humano pode-se privar por menos tempo, a preservação da biodiversidade é a questão mais complexa. A extinção de parcela das espécies não tem retorno, sendo portanto um campo bem mais sensível do que a purificação da água poluída.

A preservação das espécies situa-se no contexto da capacidade de manter vivo um ecossistema, tendo como referência o quanto os cidadãos se dispõem a investir nesta área, ou pautar reivindicações para destinar-lhe parte importante dos recursos públicos.

A grande interrogação situa-se na tensão entre imperativos dos ambientalistas e as demandas econômicas: a quem interessa que a cada ano o Brasil possua maior produção agrícola, maior volume de exportação, maior nível de consumo? O predomínio da ótica econômica não rima com a manutenção da biodiversidade, pois de imediato não existe um retorno financeiro. O incentivo às sementes geneticamente modificadas ruma no sentido inverso da preservação e os resultados são carregados de ambivalência e recheados de polêmicas.

Os governos por sua vez também se compõem como uma fauna

de controvérsias, de conflitos ambientais. Neste sentido, conseguem mais ou menos oferecer parcial suporte aos projetos de preservação da biodiversidade. Por mais que um governo insista na perspectiva ambientalista, ainda assim impõe-se o desafio de auferir recursos como poupança da sociedade e conseguir aplicá-los dentro da peça orçamentária com o destino para projetos da biodiversidade.

A defesa da biodiversidade implica em visualizar as múltiplas relações entre sociedade e os recursos naturais. Por um lado, é potencializar as situações de ação criadas pelo processo de institucionalização da conservação da biodiversidade, por outro, é também uma ação política de defesa que conecta grupos, movimentos, ambientalistas, atores sociais. Os interesses, as visões de mundo, os objetivos desses atores são parcialmente conhecidos e muitas vezes conflitantes.

Entre as principais contribuições para a formulação de políticas favoráveis, tanto direcionadas à biodiversidade, quanto à sustentabilidade social, encontra-se o intuito da redução das desigualdades sociais, somando-se a iniciativas ambientais como a Carta da Terra. A temática da preservação incide sobre a perspectiva da participação cidadã, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, entre outros conceitos presentes nas Agendas governamentais e dos movimentos sociais. Existe um nexo entre preservação da biodiversidade e direitos humanos pelos compromissos políticos assumidos pelos Estados membros das Nações Unidas, cujo olhar brota das conferências e declarações subscritas.

Amanhã – *É perceptível a preocupação das empresas com o meio ambiente. Ainda estamos muito longe do ideal?*

Aloísio/José Vicente: Os detritos líquidos e sólidos que poluem as águas procedem predominantemente do esgoto urbano e das atividades agrícolas. Isto é, no caso brasileiro o único avanço significativo para diminuir este tipo de poluição ocorreu junto ao ramo da indústria, onde com toda certeza existe uma legislação pactuada e a deficiente fiscalização, mesmo assim, fez surtir efeitos.

Existe um contra-senso entre o estímulo à democratização ou a

ênfase de cumular capacidades decisórias através dos atores sociais e o desempenho da economia. De um lado, quanto mais próximo do cidadão estiver a esfera de decisão, maiores as oportunidades de controle social. De outro lado, estamos acompanhando um processo de crescimento das corporações e dos monopólios empresariais que retiram da esfera local a instância decisória. Este é um paradoxo da democracia, do controle ambiental, da preservação da biodiversidade, da educação ambiental pelas empresas.

A produção capitalista é por sua própria natureza anti-ambiental, inclusive com a progressiva degradação ou exaustão dos recursos naturais. Sem esquecer que em alguns setores não há ainda alternativa para proceder de forma ambientalmente correta, como é o caso dos derivados de energia fóssil (petróleo e carvão). A racionalidade do sistema a curto e a longo prazo implica no domínio e destruição dos recursos naturais, desvelando o viés da insustentabilidade, uma vez que toda a natureza passa a ser compreendida como bens naturais com fins de apropriação privada.

A luta pelo meio ambiente com a riqueza da biodiversidade implica em romper com a soberania atribuída à economia, ao fluxo inexorável pelo lucro, à avidez pela concentração vigente no imaginário capitalista e ao proeminência do saber científico. Significa compreender e constatar que a dignidade humana está presente em todas as múltiplas condições em que vivem mulheres e homens, sobrepondo-se a lógica de transformar tudo em mercadoria.

A preocupação das empresas com as questões ambientais, embora limitada e insuficiente, é de fundamental importância, especialmente porque neste particular há uma total rejeição dos ambientalistas ao "quanto pior, melhor". Entretanto, estamos muito longe do ideal na medida que a questão não se põe como isolada, mas necessariamente conectada com questões sociais e culturais.

Amanhã – *As certificações ambientais demonstram preocupação ou modismo?*

Aloísio/José Vicente: Entendemos que as certificações encontram-se na encruzilhada da ambigüidade e, neste sentido, demonstram

contraditoriamente ambas as dimensões: é preocupação mais significativamente para uns, e é modismo para outros. Uma vez que não se visualizam forças sociais que possam implementar a revolução ambiental, é sempre melhor um pequeno passo do que nada.

A mudança de horizonte para incorporar medidas de reordenamento da relação com o meio ambiente não sucede de súbito, por um simples e único impulso, sem as respectivas mediações. Por isto, por mais limitados que sejam os efeitos das certificações, as questões ambientais passam a fazer-se presente neste setor que busca a qualidade requerida e já não se põe da mesma forma como no período anterior.

As certificações representam uma preocupação ambiental especialmente para os setores que tratam de implementar as medidas previstas na legislação existente. Entretanto, para diversos empreendimentos a certificação ambiental aparece como mais um mecanismo de marketing, de adaptação aos novos tempos de mudança da gramática. Paralelo as certificações outras formas de poluição do meio ambiente permanecem intactas e ainda corremos o risco de alardear o direito de poluir. O imposto ambiental está neste dilema, corrige parte das implicações ambientais, mas ainda não consegue abarcar o horizonte do ecossistema em sua complexidade.

Amanhã – *É possível apontar qual seria o maior desafio da Agenda 21?*

Aloísio/José Vicente: Sem sombra de dúvida, o maior desafio da Agenda 21 está ligado à construção da prática social que incorpore os respectivos encaminhamentos. Isto requer que o teor da Agenda seja progressivamente conhecido por amplos setores da população, que o planejamento estratégico seja em órgãos governamentais, seja em setores da sociedade civil, incorpore as medidas cabíveis e que se formate uma rede de atores sociais que tome como prioridade a sua implementação. Ora, estes requisitos por sua vez também estão diante de dois desafios: primeiro, o conteúdo da Agenda 21 passa a ser compreendido de maneira conectada com outros aspectos, como seja a ampliação do acesso à educação e das esferas decisórias; segundo, a urgência de alargar o leque de entendimento da rede de setores sociais

centrados sobre questões ambientais.

Na construção da Agenda 21 falta articulação entre as políticas governamentais e verifica-se a ausência de diagnóstico participativo de prioridades da população, direcionando as linhas de financiamento. Nesta situação, as políticas sociais permanecem pulverizadas e sem possibilidade de atingir com maior eficácia, tanto as raízes da questão social, quanto os problemas ambientais. O processo de construção da Agenda 21 Brasileira, nacional e local, exemplifica esse quadro de desencontros. Uma consulta nacional para elaborar um diagnóstico da situação ambiental, em um país com as dimensões do Brasil e a sua complexa teia social, possivelmente estará fadada a ouvir apenas uma parcela dos iniciados na questão e gerar um conjunto de documentos que enumerem propostas, mas que não serão facilmente abraçadas por amplos setores da sociedade. A participação implica em trabalho na construção de um consenso mínimo, sobretudo demora e requer as respectivas mediações.

A Agenda 21 possui uma seção inteira sobre os problemas das desigualdades sociais, afirmando que a sustentabilidade só pode ocorrer mediante a tomada de medidas saneadoras e alcançando metas concretas de redução da exclusão social.

Eis alguns dos princípios, objetivos, métodos e estratégias presentes, propostos, reivindicados e assumidos e que podem ser destacados na construção da Agenda 21: descentralização; participação; pensar/agir localmente e globalmente; cidadania; capacitação de multiplicadores; geração de trabalho e renda; sociodiversidade e biodiversidade; interdisciplinariedade; autogestão; redes de comunicação; democracia; sinergia; articulação, parceria e coresponsabilidade; tolerância; diálogo; informação; transparência.